

ENTREVISTA
COM JULIE CAVIGNAC E LUIZ KATU

Antropologia e povos indígenas diálogos sobre trajetória e políticas étnicas no Rio Grande do Norte

*Luiz Augusto Sousa Nascimento*¹
Instituto Federal do Maranhão

*Flávio Rodrigo Freire Ferreira*²
Instituto Federal do Rio Grande do Norte



Cacique Luiz Katu e Professora Julie Cavignac. Fonte : Fonte: Agência Saiba Mais; acervo da pesquisadora.

SOUSA NASCIMENTO, Luiz Augusto; FREIRE FERREIRA, Flávio Rodrigo. **Antropologia e Povos Indígenas: diálogos sobre trajetória e políticas étnicas no Rio Grande do Norte. Entrevista com Julie Cavignac e Luiz Katu.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 211-218, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSCar, professor do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, pesquisador associado ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI), coordenador do Laboratório de Estudos de Populações Tradicionais e Educação (LEPTE/IFMA/CNPq) e Bolsista de Produtividade Científica (BPC/PRPGI/IFMA).

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e diretor geral do *Campus* Canguaretama, coordenador do Observatório da Diversidade (IFRN) e membro do grupo de pesquisa Cultura, identidade e representações simbólicas (CIRS-UFRN).

Apresentação

Essa não é uma entrevista convencional. Optamos por juntar duas pessoas que, cada uma em seu respectivo espaço de atuação, tem desempenhado relevantes papéis. Com efeito, essas trajetórias se entrelaçam e, assim, pudemos realizar um bate-papo tendo como fio condutor da conversa o diálogo epistêmico entre dois mundos: o universo acadêmico da produção do conhecimento antropológico; e a organização e as lutas do movimento indígena. Ambos sujeitos, são considerados agentes de uma história construída a partir de ações e reflexões que se entrelaçam e dialogam. Nesse exercício de juntar pessoas para conversar sobre momentos marcantes, encontramos testemunhos muito detalhados e reveladores da luta indígena no estado do Rio Grande do Norte que vai da invisibilidade até a consolidação de pautas e ações em defesa dos direitos coletivos dos povos originários. Estamos nos referindo a professora Julie Antoinette Cavignac e ao cacique potiguara da aldeia Catu, Luiz Katu.

Julie é francesa radicada no Brasil desde o começo dos anos 1990. Com uma sólida formação na escola francesa de antropologia, Julie é professora titular do departamento de antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRN. Em sua trajetória acadêmica sobressai a intensa capacidade de produzir criando redes e parcerias com pesquisadores de diferentes partes do mundo. José Luiz Soares, mais conhecido como cacique Luiz Katu é liderança indígena da aldeia Catu de etnia potiguara. Luiz é pedagogo, professor indígena da rede municipal de Canguaretama e de Goianinha (situados entre o agreste e o litoral do sul do RN), atuando nas duas escolas indígenas da aldeia Catu e ainda possuindo uma forte ação como liderança indígena junto de seu povo e demais aldeias indígenas do Rio Grande do Norte. Realiza ações continuadas de proteção ao rio Catu e a mata nativa que conseguiu sobreviver ao avanço da monocultura da cana de açúcar. Deixemos que Julie e Luiz falem sobre as suas trajetórias.

Mas antes, aproveitamos ainda para nessa conversa, falarmos sobre a passagem dos 30 anos de fundação do grupo de pesquisa: Cultura Identidade e Representações Simbólicas (CIRS - UFRN); e dos 20 anos de publicação do artigo: “A etnicidade encoberta: ‘índios’ e ‘negros’ no Rio Grande do Norte”³, que resultou em uma verdadeira guinada de temas de pesquisas antropológicas realizadas no âmbito acadêmico das produções sobre o Rio Grande do Norte.

Interconectar a trajetória desses dois atores sociais representa impingir os debates atuais entorno do movimento indígena no Brasil e, especificamente no Nordeste, que se acoplam as propositivas do dossiê dedicado a *Cosmopolítica e etnopolítica do movimento indígena*. Destarte, convidamos Julie e Luiz, personagens-chave que contribuíram e contribuem de diferentes maneiras para repensar o movimento indígena e seus desdobramentos no Rio Grande do Norte, que

³ CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: ‘índios’ e ‘negros’ no Rio Grande do Norte. *Mneme - Revista de Humanidades*, 4 (8), 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>. Acesso em: 12 mar. 2024.

gentilmente nos cederam uma extensa entrevista e apresentamos aqui de forma condensada, sem perder a essência de seu conteúdo. Assim, desejamos que essa conversa lhe chegue com a beleza da canção potiguara: “*arara, a carauna e o xexéu, todos pássaros do céu*”. Uma boa leitura!

Flávio Ferreira e Luíz Nascimento: Queremos iniciar essa entrevista agradecendo por tê-los conosco e desde já propondo pensarmos a partir de suas trajetórias como antropóloga-professora e cacique-professor. Queremos saber começando por Luiz e depois por Julie, como têm sido protagonizar ações no campo acadêmico da antropologia e no campo político do movimento indígena?

Luiz Katu: Hoje cacique Luiz, mas quando comecei a acompanhar a luta do movimento indígena e dos parentes aqui no Estado do Rio Grande do Norte, eu era só Luiz. Eu não posso negar um contato importantíssimo com pesquisadores, com estudantes, de graduação e depois de pós-graduação das universidades aqui do estado em especial da UFRN. E esse contato, quando eu tive esse contato não foi diretamente comigo. Eu estava mais observando o que estava acontecendo. Eu começava a acompanhar as discussões já nos anos de 2000 e 2003. Eu era professor, ainda cortava a cana de açúcar, e eu passei num concurso público, que foi o concurso público do município Goianinha, e como professor, eu estava finalizando o magistério, não tinha ainda o diploma de magistério, ou seja, já não é mais o magistério, eu estava finalizando a graduação em pedagogia, não tinha ainda o diploma em mão da graduação. Em 2003, com o diploma de graduação fiz o concurso público no município Goianinha, e fui aprovado, curiosamente, em primeiro lugar para professor, fui chamado, e graças aos encantados ao nosso pai Tupã, hoje eu sou professor, concursado, tanto no município Goianinha como no município de Canguaretama. Eu comecei, realmente a acompanhar o movimento na aldeia, a ação do movimento indígena, junto com o senhor Vando, junto com meu tio seu Nascimento, com Valda, que hoje é gestora da escola indígena na aldeia Catu, e outras lideranças, mas ali, começou a nascer uma pessoa que começava a falar em prol do coletivo, do direito coletivo, e a minha provocação não era só para quem explorava a aldeia, a minha provocação era também, para os meus parentes, para não aceitar essa exploração, é por isso que hoje eu estou aqui conversando com vocês, trazendo um pouco dessa resistência. Então esse é um pouco do histórico da luta, hoje, Cacique, Luís Katu, que se tornou Cacique Potiguara a partir de 2005.

Julie Cavignac: Eu queria ir no sentido do Luiz Catu, e dar minha visão do movimento, assim, do outro lado, do lado da academia. Eu quando cheguei na UFRN, ninguém trabalhava com as questões indígenas. Havia um entendimento na sociedade inteira, como ainda persiste essa ideia de que os indígenas do Rio Grande do Norte tinham sido aniquilados. Por causa da guerra do Açú, ou da guerra dos bárbaros e dos trabalhos da historiografia.

Na minha tese de doutorado, que não era sobre a questão indígena, que era sobre memória oral dos folhetos de cordel. Foi pela primeira vez que estava procurando onde fazer pesquisa, então fui até o Amarelão [território indígena potiguara], onde realizei pesquisa através da rede de uma ONG, que trabalhava com a igreja católica progressista, então foi lá no Amarelão que passei observar esse movimento relacionado ao movimento indígena. Na minha percepção na academia, ninguém no departamento de antropologia fazia pesquisa relacionada às questões indígenas, tudo estava vinculado à antropologia urbana, sobre contextos

urbanos e dizia que o rural já não existia mais, porque realmente a população urbana já tinha crescido bastante. Eu estava procurando narrativas, histórias e acabei me deparando durante a minha tese de doutorado com outras coisas, tais como indígenas e afrodescendentes. A presença étnica era muito presente nas narrativas que muito se pareciam com narrativas indígenas. Na verdade, eu comecei a me interessar pelas narrativas, e pelas narrativas sobre o passado, como é que as pessoas estavam contando suas trajetórias históricas, e me chamava muita atenção, que o que predominava eram genealogias brancas, sobretudo, no Sertão, onde, as populações indígenas e afrodescendentes, não aparece no escrito da história. Após escutar muitas histórias, eu comecei a me perguntar, e encontrei com uma pesquisadora chamada Jussara [Galhardo] e falei: onde que estão os índios do Rio Grande do Norte? E aí a gente começou a discutir sobre isso, em particular, a partir da campanha da fraternidade de 2002, que foi justamente o tema “por uma terra sem males” e a gente começou a acompanhar as caminhadas, as visitas nas paróquias, escutando muitas histórias, sobretudo de caboclos brabos de tapuias, enfim, isso me chamou muito a atenção.

Flávio Ferreira e Luiz Nascimento: Julie, seu artigo intitulado “*A etnicidade encoberta*”, se tornou um marco nos estudos sobre etnicidade no Rio Grande do Norte?

Julie Cavignac: Nesse contexto, comecei a trabalhar na ideia de escrever o artigo que foi publicado no ano de 2003. Então, eu acho que não é um marco. Nem teórico, nem metodológico. É um ensaio, que eu tentei fazer, um ensaio para juntar informações. É interessante, porque é um artigo que é bastante consultado, que está na rede [internet]. E aí, acho que não sei por que, são algoritmos que vão explicar isso. Mas caiu, inclusive, nas mãos dos colegas, historiadores, e é um texto que é bastante passado para os estudantes.

Flávio Ferreira e Luiz Nascimento: Luís Katu, é interessante para a gente também registrar o balanço que você faz enquanto liderança, nesses anos, os avanços, as dificuldades, aquilo que o movimento conseguiu conquistar, em termos de direitos, em termos de visibilidade, de mudança de paradigma, da questão étnica no Rio Grande do Norte. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Luiz Katu: Bom, o meu balanço, que faço com relação à essa trajetória desses 20 anos, é a resistência, desse movimento indígena. Quando falo da resistência são as lutas para cobrar políticas públicas efetivas. Todavia, o movimento indígena continuava focado na identidade, em garantir a luta por quebrar a invisibilidade, por quebrar esse racismo e apagamento mesmo, estruturado dentro do estado do Rio Grande do Norte. A gente tinha um foco muito grande. Comecei a acompanhar esse movimento nesse sentido e a gente precisou fazer algumas articulações, inclusive com lideranças indígenas, que eram da Paraíba como o Caboquinho, o Capitão, na verdade, no caso Caboquinho, ele era Cacique Geral dos Potiguaras da Paraíba, ele esteve na audiência pública em 2005 [referência à primeira audiência publicada realizada para cobrar reconhecimento público], ele teve presente conosco, também nas nossas assembleias, que foi um marco, importante. Essa articulação, com grandes lideranças indígenas do movimento nacional representou o Potiguara, que passaram a se declararem potiguara, mas os caboclos, nunca se declararem potiguara, eles permaneceram sendo caboclos [referência a comunidade dos Caboclos de Assu]. Acompanhei essa trajetória a ponto que a gente dizer que era fundamental. Conseguimos trazer o órgão indigenista oficial para o Estado Rio Grande do Norte, foi um desafio muito grande porque enquanto não se tinham a Funai dentro do Estado, se dialogava com a gente olhando para o lado rindo, que a gente estava brincando de indígena, eu

acho que a Julie sabe bem, como que a academia tratava isso, tratava essa questão como emergência étnica. Então, com a chegada da Funai no estado, a instituição trouxe ali um nivelamento no trato com as lideranças indígenas. Agora se fazia uma intermediação, um contato com as demais instituições.

Julie Cavignac: É interessante, quando a gente coloca os povos indígenas no mapa, percebe que tem muito mais. Inicialmente era mais o pessoal que estava no litoral, os Caboclos do Assu, aí depois veio o pessoal de Apodi e o pessoal do sertão central. O que a gente percebeu foi um movimento de reemergência, uma segunda emergência étnica indígena, que começou com uma pegada histórica, com o museu histórico (primeiro museu indígena do RN) e uma busca de uma história de recompor uma história, de entender, a partir de uma trajetória familiar recompor uma história que se perdeu, que não foi escrita ou que foi escrita do outro lado, do lado dos colonizadores.

Acredito que a gente vai ter, daqui a mais 20 anos, um outro retrato étnico do Rio Grande do Norte, que passa pela reapropriação e pelos encontros. Acredito que esse movimento, como diz esse movimento, de reconhecimento é um movimento que inicia com uma busca pessoal. Nem os índios, nem os negros, apareciam nos escritos da história. Continuou sendo difícil de aparecer, inclusive, nos livros didáticos. Por isso, que a gente fez bastante ações de extensão. E aí, quando a gente começa a cavar um pouco, aparece muita gente...

Flávio Ferreira e Luiz Nascimento: Como foi esse processo de vencer as dificuldades Luiz? E você Julie, como foi como pesquisadora, acompanhar essas dificuldades?

Luiz Katu: Com a chegada da Funai aqui no estado Rio Grande do Norte, a gente conseguiu dar uma entrada nas instituições. A gente conseguiu participar das conferências que acontecia no estado, inclusive participando de alguns eventos importantes, como que foi o da Apoime. A participação nesses eventos foi fundamental. Lembro que fui para a Olinda para participar da Assembleia Geral da Apoime e graças aos parentes indígenas da Paraíba, o Caboquinho, o Capitão, a gente conseguiu levar uma representação que, no caso, fui eu. Inclusive, lá acontecer a eleição para a coordenação geral da Apoime. Eu não tinha direito a voto, estava pela primeira vez os indígenas do Rio Grande do Norte representados, mas, ouve lá uma fala dos parentes potiguara da Paraíba, que me colocou numa situação de votar, eles abriram essa exceção.

As assembleias indígenas do Rio Grande do Rio Grande aconteceram dentro das aldeias, e assim ficou até hoje, as assembleias indígenas não iria mais ocorrer na cidade. Esse fato tem sido importante para o nosso empoderamento, para a nossa luta. A gente hoje passa de vinte aldeias indígenas atreladas à luta dos movimentos organizados do Estado Rio Grande do Norte. Estou muito feliz de ver que a resistência indígena nunca mais será apagada e a gente tem que demarcar o primeiro território.

Julie Cavignac: Assim é uma coisa que eu acho que muito simbólica, quando detonou todo esse movimento é a questão da estátua, da estátua que foi colocada na BR[101], do índio, onde se via um índio arrancando o coração do padre pelas costas, toda essa narrativa se referia a história do Cunhaú, do massacre de Cunhaú. Essa narrativa é muito forte no Estado que representa uma violência simbólica muito grande da retirada dessa estátua. Essa narrativa foi construída com uma violência enorme. O caminho foi muito longo e eu acredito que temos que comemorar, porque são muitas conquistas em batalhas totalmente desigual.

Luiz Katu: Julie, essa sua lembrança da estátua, me traz a memória de algumas provocações que eu fiz aqui. Não precisa tirar a estátua, mas colocar um

bandeirante, degolador de cabeça de indígenas e de negros é absurdo. Inclusive, tive alguns atritos na época com o padre da paróquia local, ele começou a não querer mais diálogo comigo. Falei então, que eles queriam mostrar os indígenas como demônios nessa história, santifica alguns e demoniza outros, isso pra gente não é bom. Eu dizia que o empoderamento do movimento indígena no Rio Grande do Norte vai emplacar. Nós conseguimos avançar com o diálogo dentro das instituições. A expansão do movimento indígena estava crescendo em nível de Brasil, de militância, dos movimentos sociais. Nós ocupamos o prédio da Funai por uma semana e continuamos seguindo na luta, fazendo protestos. Eu tive que em Brasília junto com o Cacique Manezinho [Aldeia Sagi-trabanda], a gente foi de carona até a Brasília no ano de 2017, inclusive pegando a carona nos ônibus, que iriam pra o protesto dos movimentos sociais. O Cacique Manezinho e as demais lideranças deram esse crédito para nós indígenas do Rio Grande do Norte, quando nós sentamos com Presidente da Funai para falar sobre a situação dos povos originários.

Do ano de 2000 para 2023 no Rio Grande do Norte quanto os indígenas têm hoje? Quantas aldeias? Muita gente e instituições tentaram calar a voz de povos seculares, enterrando por completo no caixão, então a gente realmente tem lutado. O Censo do IBGE de 2022, apresenta a luta do movimento indígena, a gente saber que ainda tem subnotificação mais o resultado foi muito claro, que no Rio Grande do Norte tem mais de 11 mil indígenas.

Julie Cavignac: Essa luta é vitoriosa, no entanto, tem que continuar, porque o que a gente vê é que os territórios tradicionais estão sendo cada vez mais ameaçados. Tem outros territórios como os Mendonça do Amarelão que são os empreendimentos de energia solar e pode ser em breve de energia eólica. Todos os territórios, historicamente estão diminuídos e eles vão ser inclusive impossibilitados de produzir a riqueza, para que as populações possam permanecer e se reproduzir. Isso é uma questão política muito preocupante, porque apesar de ser uma política de um governo progressista, a gente não vê diferença nenhuma entre as políticas de desenvolvimento dos outros governos. Essa ideia de desenvolvimento é a mesma ideia que vai no mesmo discurso colonialista, onde todos têm que entrar na modernidade. E a fala do cacique Luiz é muito forte e vai chamar atenção para outros modelos possíveis de vida na Terra, que a gente precisa repensar esses modelos, esses modelos de desenvolvimentos de vida.

Flávio Ferreira e Luiz Nascimento: Acreditamos que nas falas tanto do cacique Luiz Katu como da professora Julie Cavignac evidenciou os pontos que nós colocamos aqui. eles falaram um pouco do movimento indígena pela visão do Cacique, apresentando os avanços e os retrocessos da luta dos povos originários no Rio Grande do Norte e também elencaram as perspectivas futuras que ainda irão enfrentar. Houve um crescimento muito forte de intelectuais indígenas nas últimas décadas nas universidades brasileiras e do exterior. Você falou que se formou em pedagogia, Luiz, existem vários intelectuais no Brasil a fora que estão fazendo doutorado, ocupando as cadeiras das universidades. Nós queremos saber se você assim, de outros companheiros pensam assim, daqui a uns 10 anos ou antes trazer essas epistemologias para os debates nas universidades? Como será isso?

Luiz Katu: Bom, inclusive eu tenho alguns pensamentos com relação à academia, apesar de ser pedagogo, eu tenho meus pensamentos com relação a como eu tive que enfrentar para poder atender a um modelo. Eu vou ser breve, eu acho que o que eu tenho pra falar com relação a essa questão é bem simples. Na ver-

dade, a gente tem feito uma provocação de universidades, a estes espaços de construção do pensamento. Não, nos olhe, ou seja, não apenas nos convida, ou que a gente esteja lá, pra seguir um modelo, ou seja, pra se adequar a um modelo ainda que muitas vezes percebem que tem um olhar muito, muito eurocêntrico, que traz um modelo da literatura, traz um modelo muito da Europa. Para nós povos originários, considerar o conhecimento indígena é considerar essa resistência dos nossos povos é aceitar esses os indígenas como eles são. Essa construção milenar do conhecimento indígena, como ela é, como ela se dá. Quando eu vou a estes espaços, quando eu vou debater, quando eu vou conversar, bater um papo, eu não levo o conhecimento da academia. Não é a minha leitura, a minha leitura é o que eu trago do meus ancestrais, é o que eu trago do seu Chão [referência ao apelido de seu pai], do ancião Nascimento, como eu faço, quando eu falo, os nossos seres ancestrais. Então, eu acho que isso é importante ser respeitado. Hoje a gente tem feito uma cobrança muito grande, de não sentar numa mesa como um objeto estudo. Eu acho que sempre aquela pessoa observada, sempre aquela pessoa anotada, e depois tem feito referência ao que alguém falou, porque escreveu, é desvalorizar a oralidade dos povos indígenas, porque quando os indígenas falam alguma coisa, geralmente a academia diz: hoje falou isso, aí lembram e fazem uma referência bibliográfica de um estudioso que pesquisou um ancestral meu. Então, o desafio hoje, é desconstruir isso dentro da academia, essa referência é dos nossos ancestrais, como colocar isso numa bibliografia. Estou falando, aqui, dos mestres, saberes dos anciãos, os nossos grandes professores, que fazem a educação indígena. Eles não precisam ter um título. Como considerar esse conhecimento milenar? acho que nós precisamos sentar com essas Universidades e os Institutos Federais para abrir para o diálogo porque a gente percebe que elas são mais distantes ainda desse diálogo.

Julie Cavignac: Deixa-me só acrescentar um detalhe. Acredito que essa questão é um processo. Realmente não é uma coisa que pode mudar do dia para o outro, mas o fato de que há desde 2016, pelo menos na UFRN, no programa de antropologia reserva entrada para estudantes indígenas, quilombolas, ciganos e agora trans. Essas mudanças irão imprimir uma marca muito forte, pelo menos vejo nos programas de antropologia social em diferentes universidades do Brasil.

DOSSIÊS APROVADOS 2025-2027

VOLUME 12, NÚMERO 28 (JANEIRO-ABRIL DE 2025)

Antropologias dos desertos: Ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação

Dra. Antonela dos Santos (Universidad de Buenos Aires, CONICET)

Dr. Gabriel Rodrigues Lopes (UFS)

Dr. Pedro Emilio Robledo (Universidad Nacional de Córdoba, CONICET)

VOLUME 12, NÚMERO 28 (MAIO-AGOSTO DE 2025)

Mídias digitais e suas implicações na vida cotidiana: contribuições antropológicas

Dra. Carolina Parreiras (USP)

Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli (UFPR)

VOLUME 12, NÚMERO 30 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2025)

Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

VOLUME 13, NÚMERO 31 (JANEIRO-ABRIL DE 2026)

Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis

Dra. Jane Felipe Beltrão, (UFPA)

Dra. Talytta Suenly Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

VOLUME 13, NÚMERO 32 (MAIO-AGOSTO DE 2026)

Masculinidades, curso de vida e cuidado

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

VOLUME 13, NÚMERO 33 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2026)

Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

As submissões serão abertas em torno de seis meses antes da data de publicação. Cadastre-se no portal da Revista Aceno para receber as notificações. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/index>